



As condições metapragmáticas do impeachment de Dilma Rousseff

Metapragmatics conditions of Dilma Rousseff's impeachment

Douglas Roberto Knupp Sanque¹

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo investigar a emergência do impeachment de Dilma Rousseff, em 2016. Refletindo sobre a trajetória do pedido de impeachment nas casas do parlamento brasileiro, localizo a sessão de votação da Câmara, em abril daquele ano, como o ponto central dessa trajetória. Essa sessão ficou famosa devido às justificativas apresentadas por deputados e deputadas, que afirmavam votar por suas famílias, pelos médicos do Brasil etc. Com base na perspectiva de que textos sempre respondem a outros textos, este artigo rastreia as trajetórias textuais dos discursos entextualizados por esses deputados/as. A análise se concentra nas manifestações de rua que ocorreram nos meses que antecederam o impeachment de Dilma Rousseff. Os discursos entextualizados nos cartazes, faixas e demais elementos semióticos constroem Dilma, seu governo e partido como corruptos, que precisam ser derrubados pela Nação. Em seguida, discuto como essas manifestações, bem como o consórcio entre a Operação Lava-Jato e a grande mídia, forjaram as condições metapragmáticas de emergência do impeachment de Dilma Rousseff, cuja trajetória não se restringe aos limites institucionais das discussões parlamentares.

I **Palavras-chave:** Discurso. Trajetória textual, Impeachment. Pragmática.

ABSTRACT

This paper aims to investigate the emergence of the impeachment of Dilma Rousseff in 2016. Reflecting on the trajectory of the impeachment request through the houses of the Brazilian parliament, I identify the Lower House voting session, in April, 2016, as the central point of said trajectory. That session became widely known due to the reasons presented by members of parliament, who claimed they were voting on behalf of their families, the doctors of Brazil, and so on. Based on the perspective that texts always respond to other texts, this article

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). <https://orcid.org/0000-0001-7975-4013>, dknupp@gmail.com

tracks the textual trajectories of the discourses entextualised by these members of parliament. The analysis focuses on the street demonstrations that took place in the months preceding the ousting of Dilma. The discourses entextualised in placards, banners, and other semiotic elements construct Dilma, her government, and her party as corrupt, who needed to be removed by the Nation. Finally, I discuss how these demonstrations, together with the alliance between Operation Car Wash and the mainstream media, forged the metapragmatic conditions for the emergence of the impeachment of Dilma Rousseff, whose trajectory cannot be reduced to the institutional boundaries of parliamentary debates.

I **Keywords:** *Discourse. Textual trajectory. Impeachment. Pragmatics.*

1. Introdução

Há dez anos, o Brasil atravessava um dos momentos mais turbulentos da Nova República inaugurada após 1988: o processo de impeachment de Dilma Rousseff. Dilma, reeleita dois anos antes, em 2014, enfrentava um cenário conturbado: alta inflação (10,76% em 2015); desemprego em 8,5%; e encolhimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 3,5% (Carvalho, 2018: 12). Além disso, desde março de 2014, a operação Lava-Jato (e sua cobertura por parte da grande mídia) vinha atingindo importantes figuras do Partido dos Trabalhadores, a principal das quais o então ex-Presidente Lula (que seria preso por ordem do então juiz Sérgio Moro em abril de 2018)². É nesse cenário que, em 2 de dezembro de 2015, o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), aceitou o pedido de impeachment entregue pela oposição em outubro do mesmo ano. Esse pedido argumenta que Dilma usou de manobras ilegais para equilibrar o orçamento da União, cumprindo de maneira fraudulenta a meta de superávit primário previamente aprovada na Lei Orçamentária Anual (LOA).

O processo foi intrincado e complexo. Falava-se em pedaladas fiscais, suplementação orçamentária, relatórios, despachos, comissões especiais, oitivas, admissibilidade, crime de responsabilidade, responsabilidade fiscal, meta de superávit primário... Após um longo trâmite na Câmara dos Deputados, em 17/04/2016 (um domingo), houve uma sessão que votaria o impeachment de Dilma Rousseff naquela casa parlamentar³. No entanto, em vez daquele vocabulário rebuscado que até então fazia parte da comunicação do processo de impeachment, ao menos oficialmente, a sociedade brasileira pôde acompanhar deputados e deputadas afirmando votar em nome da família, por Deus, pelos médicos do Brasil... Não é exagero afirmar que essa sessão passou a fazer parte da memória social do país.

² Lula seria liberto em 08/11/2019, após mudança no entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o início de execução de penas após decisão em segunda instância. Em 08/03/2021, o mesmo STF anulou as condenações de Lula por entender que o juiz que o condenou (Sérgio Moro) era incompetente para a causa. Em 23/03/2021, o STF declarou a suspeição de Moro, com base no vazamento de conversas em que ele, enquanto juiz, combinava os passos da operação com o Ministério Público. A parcialidade de Moro também foi julgada pelo Comitê de Direitos Humanos da ONU. Livre de condenações judiciais, Lula candidatou-se à presidência novamente em 2022 e foi eleito com 50,9% dos votos.

³ A rigor, de acordo com o artigo 86 da Constituição, cabe à Câmara dos Deputados aprovar ou não a abertura do processo de impeachment no Senado Federal, esta sim a Casa que tem a competência de julgar o/a Presidente da República por crime de responsabilidade.

Afirma Bakhtin (1981: 294) que “a palavra não existe em uma linguagem neutra e impessoal [...], mas sim nas bocas de outras pessoas, nos contextos de outras pessoas, servindo as intenções de outras pessoas: é de lá que tiramos a palavra e a tornamos nossa”. A intertextualidade é, assim, uma condição fundamental, segundo a qual textos estão sempre em diálogo com outros textos que o precedem (e o sucedem), de modo que a pergunta que se faz necessário fazer é: a que textos esses discursos de deputados e deputadas respondem? Essa é uma pergunta fundamental para compreender como se deu a emergência e a comunicação do processo de impeachment de Dilma Rousseff, um dos momentos-chave da história política brasileira, sobretudo no século XXI.

Para responder a essa pergunta, este artigo está organizado da seguinte forma. A próxima seção trata do processo de impeachment de Dilma Rousseff, concebido como uma trajetória textual, que precisa cumprir diversas etapas para ser bem-sucedido. A terceira seção dedica-se a descrever a sessão de votação do impeachment na Câmara dos Deputados, aqui considerada o ponto central do processo de deposição de Dilma. Na quarta seção, analiso as manifestações de rua que ocorreram antes dessa votação, dada a imbricação intertextual entre esses eventos (manifestações e votação). Na quinta seção, discuto os dados analisados com base no conceito de metapragmática (ver abaixo), fundamental para compreender como os discursos em circulação forjaram as interpretações necessárias, tanto para o governo que estava sendo derrubado, quanto para o processo de impedimento em curso. A última seção tece alguns comentários finais sobre as condições metapragmáticas de emergência do impeachment de Dilma.

2. O impeachment como um discurso em movimento: considerações teórico-metodológicas

No dia 02/12/2015, o então presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB) aceitou o pedido de impeachment protocolado em 21/10/2015 pelos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal. Os motivos que embasam o pedido juridicamente se relacionam às chamadas “pedaladas fiscais” (atrasos nos repasses do tesouro aos bancos públicos) e aos decretos de suplementação orçamentária editados por Dilma (para mais detalhes sobre questões técnicas relacionadas ao impeachment, conferir Semer (2016)). A complexidade do tema levou juristas a divergir sobre a constitucionalidade daquele processo. As interpretações de que o processo de impeachment era inconstitucional levaram alguns juristas a descrevê-lo como um golpe contra Dilma, narrativa essa defendida pelo então governo, o PT e a Esquerda política, com algumas exceções.

Quanto à sua forma, o pedido de impeachment seguiu o rito previsto. Após ser protocolado em 21/10/2015 e aceito pela presidência da Câmara em 02/12/2015, ele

foi objeto de despacho e lido em plenário no dia seguinte. Foi instalada uma Comissão Especial do Impeachment (CEI) para discutir o texto e produzir um parecer sobre ele, e esse parecer seria lido em sessão parlamentar no dia 15/4/2016. Em 17/04/2016, a Câmara aprovou, com 367 votos favoráveis, a admissibilidade do impeachment (na famosa votação já aludida acima). No dia seguinte, o processo foi enviado ao Senado, que também instalou uma CEI e elaborou um parecer, após oitivas de defesa e acusação com especialistas. Esse parecer foi aprovado na CEI, e, em 31/08/2015, foi também aprovado no plenário do Senado, que, dessa forma, cassou o mandato de Dilma Rousseff. Foram 61 votos favoráveis à sua cassação. Em seu lugar, Michel Temer (antes vice-presidente) assumiu em definitivo a presidência, cargo que ele ocupava interinamente desde 12/05/2016.

Ainda que o passo-a-passo acima seja uma simplificação do processo de impeachment no Congresso, o que se percebe é que o trâmite do pedido cumpre uma trajetória textual (Blommaert, 2005; Tusting, 2010; Fabricio, 2012; Woydack; Rampton, 2015). Isso significa que esse processo é a viagem do pedido “original” protocolado em 21/10/2015, que circulou através de diversos contextos institucionais, incluindo comissões e votações em plenário, tanto na Câmara quanto no Senado, até o plenário do Senado Federal, que cassou a ex-Presidenta Dilma Rousseff em 31/08/2016. Dessa forma, é possível dizer que o pedido de impeachment bem-sucedido é aquele que consegue viajar por todas essas etapas de entextualização.

Para Bauman e Briggs (1990: 73), “[entextualização] é o processo de tornar o discurso passível de extração, de transformar um trecho de produção linguística em uma unidade - um *texto* - que pode ser erguido do seu cenário interacional”. Durante seu percurso pelas Casas Legislativas, o pedido de impeachment foi sucessivamente descontextualizado e recontextualizado nas discussões parlamentares, bem como nos textos escritos (pareceres e relatórios), tanto por ser diretamente citado quanto por ser a base oficial e institucional do processo. Cada uma dessas etapas é controlada por diferentes atores e configurações espaço-temporais, que permitem ou não a continuidade da trajetória textual do pedido de impeachment. Assim, é possível observar como o pedido de impeachment circulou, assumindo novas características, criando, dessa forma, uma trajetória textual.

Assim, o impeachment seria, a princípio, resultado da trajetória textual bem-sucedida do pedido protocolado em 21/10/2015. Porém, essa afirmação é apenas uma explicação parcial do processo que removeu Dilma da cadeira presidencial. Em primeiro lugar, examinando a sessão de votação na Câmara, em 17/04/2016, encontramos um contraste bastante claro. Por um lado, essa sessão faz parte da trajetória institucional supostamente linear mencionada anteriormente, isto é, da circulação do pedido de impeachment nas Casas do Congresso. Por outro lado, ao contrário dos outros momentos na trajetória textual do impeachment, as entextualizações que compõem

essa sessão poucas vezes estão referidas aos momentos anteriores dessa mesma trajetória textual no Congresso. Em outras palavras, foi pequeno o número de menções de deputados e deputadas à denúncia “original”, ou ao relatório aprovado na CEI, ou ainda aos crimes de que a Presidenta Dilma era acusada. O jornalista Bernardo Mello Franco (2018: 119) chega a afirmar que era difícil encontrar algum deputado, em sua cobertura do dia a dia de Brasília, que defendesse a queda de Dilma pelos motivos fiscais alegados pela acusação.

Ao contrário, deputados e deputadas, como afirmei acima, afirmavam votar por motivos diversos como as famílias, Deus, contra o comunismo, contra a corrupção etc. Tendo em vista que a intertextualidade é um fenômeno intrínseco ao funcionamento discursivo, que a sessão então responde diretamente a outros textos sociais, já que não entextualiza os outros textos produzidos na tramitação da denúncia contra Dilma no Congresso. Por esse e outros motivos, é necessário analisar essa sessão com mais cautela.

3. Uma breve descrição da sessão de votação do impeachment na Câmara dos Deputados

Em outras publicações (2020, 2024), defendi que a sessão de votação na Câmara dos Deputados é o ponto central na trajetória textual do impeachment, visão também adotada por Souza (2016). Entre outras razões, destacam-se as seguintes. Em primeiro lugar, a Câmara dos Deputados fez uma votação nominal: cada deputado e deputada justificava seu voto antes de dizer “sim” ou “não” ao impeachment. Já no Senado, a votação foi eletrônica, então senadores e senadoras apenas apertaram um botão para votar. Ou seja, na sessão da Câmara dos Deputados, há uma intensa produção de material discursivo.

Além disso, aquela sessão foi marcada para um domingo, às 14h, e foi transmitida ao vivo por quase todos os canais de televisão aberta do país, então a comunicabilidade (Briggs, 2007) projetada para aquela sessão era de intensa circulação. Deputados e deputadas sabiam que profeririam seus votos para grande parte da população, logo dos eleitores, e tentavam controlar como seus votos e discursos seriam recebidos, inclusive em reproduções futuras (seja na grande mídia, seja nas redes sociais).

Por esse motivo, em trabalhos anteriores (como em 2020), tomei as performances de deputados e deputadas como *performances intensas*: “eventos com data marcada, geralmente pré-anunciados e planejados, e portanto programados. São eventos com claros limites de espaço e tempo, deslocados do fluxo rotineiro da prática comunicativa” (Coupland, 2007: 147), além de serem em geral públicos, nos quais a performance adquire uma intensidade aumentada. As performances intensas têm potencial metacultural, já que são desempenhadas para plateias e por plateias: “A performance intensa estabelece uma relação entre os significados coarticulados

no evento performado e os significados que definem a formação social ou cultural mais ampla” (Coupland, 2007: 149). Tomar os votos na Câmara como performances intensas significa reconhecer o caráter reflexivo dos discursos proferidos.

É nesse cenário que devemos conceber a sessão de votação da Câmara como o momento fundamental da trajetória do impeachment. Ainda que esteja naquilo que chamei de trajetória institucional do pedido de impeachment (ver 2020), essa sessão pouco responde aos outros momentos dessa trajetória, como mencionado na introdução. Ao contrário, foi notável a quantidade de deputados usando faixas sobre o paletó com as cores verde e amarela ou até mesmo enrolados na bandeira do Brasil. Também chamaram atenção cartazes com os dizeres “Tchau querida” e “Impeachment Já” nas cores verde e amarela, funcionando como adereços dramáticos para a encenação. Deputados e deputadas, em seus discursos, fizeram diversas as referências a elementos culturais mais corriqueiros, como corrupção, Deus e, principalmente, família.

Imagem 1: Deputados comemoram a abertura do processo de *impeachment* na Câmara



Fonte: Blog Jogo do Poder⁴

Considerando a intertextualidade princípio fundamental do funcionamento da linguagem, essa sessão, e os discursos nela contidos, recontextualiza outros textos que estavam em circulação à época, e que forneceram as bases para que aqueles significados pudessem ser constituídos como foram. Como afirmo em 2020, deve-se voltar o olhar para as manifestações de rua que aconteciam antes da sessão da Câmara de 17/04/2016.

4. Impeachment nas ruas: as manifestações contra Dilma Rousseff

Enquanto o impeachment tramitava na Câmara, a sociedade se dividiu, e diversas manifestações de rua foram convocadas. Aqueles que apoiavam o

⁴ Disponível em: <https://bit.ly/4238Inf>. Acesso em: 15 dez. 24.

impeachment adotavam predominantemente as cores verde e amarelo; dentre aqueles que defendiam a continuidade de Dilma, a cor vermelha era preponderante, como mostro abaixo.

Semer (2016: 108) destaca que “[o impeachment] tratou-se de uma pena à procura de um crime”, já que as manifestações à direita foram convocadas já em novembro de 2014, isto é, apenas um mês após a reeleição de Dilma (Tatagiba; Trindade; Teixeira, 2015: 199), antes do cometimento dos crimes de responsabilidade que supostamente justificaram sua derrubada. Essas manifestações ocorreram mensalmente até abril de 2016, e chegaram a contar com 1 milhão de pessoas nas ruas de São Paulo no dia 15/03/2015. Com o passar dos meses, a pressão aumentava, já que a economia entrava em recessão, e a Lava-Jato avançava sobre o PT. Além disso, também a grande mídia cooperou transmitindo as manifestações anti-Dilma ao vivo e convocando as pessoas “indignadas com a corrupção” a ir também protestar (Zaidan, 2019: 226-227). As manifestações à direita, principalmente a partir de 2015, e a produção semiótica advinda dos cartazes, faixas, roupas, carros de som etc., são um excelente lócus para examinar como se articulam esses elementos dessa complexa trama, já que precipitam significados que circulavam na sociedade brasileira (ver 2020 para uma análise mais completa).

Nesse sentido, concentro-me, principalmente, na cobertura do portal G1 das manifestações de 15/03/2015⁵ e 13/03/2016⁶. Escolhi essas duas – a primeira de cada ano –, por terem reunido o maior número de pessoas (o que rendeu a elas também intensa cobertura midiática). Além disso, a manifestação de março de 2015 foi a primeira com a pauta unificada do impeachment, e a de março de 2016 foi a primeira após o início da tramitação do impeachment no congresso nacional. Parto da cobertura do Portal G1 por ser esse o maior portal de internet da maior empresa de comunicação do país.

As manifestações de 15/03/2015 receberam ampla cobertura no G1. O portal menciona que houve protestos em todos os estados, em mais de 160 cidades, e no Distrito Federal. Os números enfatizados no *lead* são o total de manifestantes – 2 milhões – e a quantidade de manifestantes em São Paulo – 1 milhão. Além disso, o texto menciona todas as 49 cidades do interior de São Paulo onde houve protestos, sem contar a capital e cidades da região metropolitana do estado. Os números contribuem na construção de uma suposta grandiosidade dos protestos. São enfatizados tanto o número de participantes (na conta de milhões) quanto a escala nacional da insatisfação com o governo Dilma Rousseff, já que todos os estados tiveram protestos. Assim, G1 não diferencia (nem muito menos problematiza), por exemplo, 1 milhão de pessoas em São Paulo de 3 mil pessoas em São Luís: essas são simplesmente duas entre as 160 cidades onde foram registrados protestos contra Dilma. A menção a 49 cidades no

⁵ Ver <https://g1.globo.com/politica/noticia/2015/03/manifestantes-protestam-contradilma-em-estados-no-df-e-no-exterio.html>.

⁶ Ver <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/03/protesto-contragoverno-fecha-avenida-paulista-em-sao-paulo.html>.

interior paulista cumpre papel semelhante, ao atribuir um caráter geral de insatisfação, isto é, não localizado em um determinado lugar. Nesse sentido, não se problematiza que metade dos manifestantes do país estivesse na cidade de São Paulo.

Em seguida, o portal descreve as manifestações em cada um dos estados, em ordem alfabética, sempre com uma fotografia ou um vídeo (este último mais raro) ao lado. Em todas essas fotografias, sem exceção, veem-se as cores verde e amarela, ora pintadas no rosto, ora em camisas da seleção brasileira (a “amarelinha”), ora em bandeiras do Brasil erguidas por manifestantes ou até em bandanas e outros adereços. A onipresença do verde e amarelo aponta para o discurso nacionalista, por serem elas a base da bandeira do Brasil e as cores nacionais.

Imagem 2: manifestantes de verde e amarelo protestam contra Dilma e contra a corrupção.



Fonte: Portal G1⁷

Por sua vez, as manifestações de 13/03/2016 mantiveram como característica básica a presença maciça do verde e amarelo, bem como faixas e cartazes contra a corrupção. Houve também manifestações em que foi cantado o hino nacional. Entretanto, houve algumas mudanças importantes. Quanto à cobertura do G1, o portal apresentou fotografias maiores acompanhando a descrição da manifestação em cada estado. Há também um link sob o nome de cada estado que leva o/a leitor/a a uma matéria mais detalhada exclusivamente sobre a manifestação naquele estado.

Como se pode ver comparando as imagens abaixo, que mostram a cobertura das manifestações em Minas Gerais em 2015 (imagem 3) e 2016 (imagem 4), a fotografia da cobertura do G1 em 2016 sequer cabe totalmente na tela do computador usado

⁷ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2015/03/manifestantes-protestam-contradilma-em-estados-no-df-e-no-exterior.html>

para capturar a imagem. Note-se ainda que as palavras “Belo Horizonte” formam um hyperlink. Isso indica que a cobertura das manifestações de 2016 contaram com um maior cuidado por parte de G1, de modo a garantir maior circulação dos discursos. A fotografia maior permite que os leitores tenham acesso a mais detalhes. Os hyperlinks direcionando para matérias específicas para cada estado e grande município permitem maior riqueza de detalhes em relação ao movimento como um todo, bem como ampla cobertura jornalística da Rede Globo, que teria estado em todos esses municípios e estados.

Imagem 3: cobertura do G1 em 15/03/2015

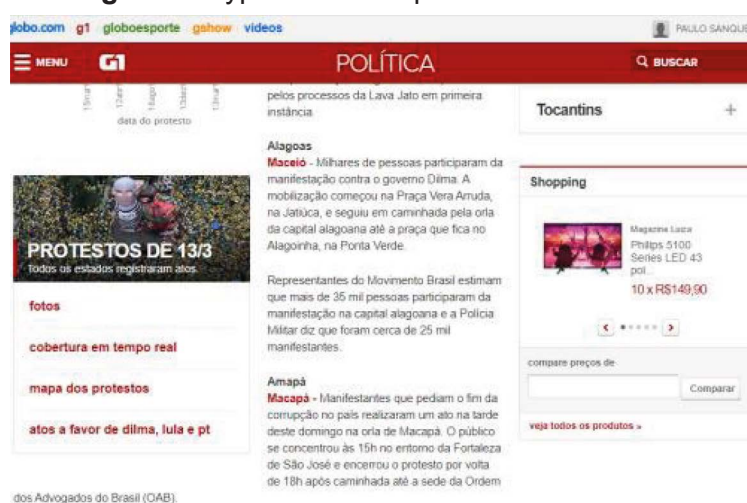


Imagem 4: cobertura do G1 em 13/03/2016.



Há links também para fotos e cobertura em tempo real, além de um mapa dos protestos pelo país. O G1 também mostra gráficos com a evolução do número de participantes nos protestos, segundo a polícia, segundo os organizadores e segundo o Datafolha (este último aplica-se apenas a São Paulo). Creio que aqui fica claro o ponto de Zaidan (2019) de que a Globo não só cobriu como incitou as manifestações contra o PT pelo país, oferecendo vasta gama de informações sobre os protestos, em forma de links, gráficos, matérias exclusivas etc.

Imagem 5: Hyperlinks no topo da cobertura do G1.



Um ponto crucial surge da comparação tanto das matérias de cobertura do G1 quanto das manifestações em si. Na manifestação de 2015, analisando o texto de G1, bem como os cartazes e faixas erguidos por manifestantes, não há nenhuma menção ao nome do então juiz Sérgio Moro e apenas duas menções à Operação Lava-Jato. Cabe frisar que a Lava-Jato já estava em funcionamento há um ano àquela altura, e empresários e políticos já estavam presos por ordem de Moro. Em contrapartida, na cobertura das manifestações de 2016, há nove menções a Sérgio Moro e onze à Lava-Jato.

Isso talvez se explique devido a um momento específico da Operação Lava-Jato. Nove dias antes dessa manifestação, em 04/03/2016, Sérgio Moro ordenou a condução coercitiva de Lula para que prestasse depoimento. Os setores anti-Lula da sociedade comemoraram essa decisão, porque, ao menos na visão de alguns juristas, a condução coercitiva é um tipo de prisão cautelar⁸, o que indicaria que a prisão de Lula por denúncias de corrupção era uma possibilidade real. Sérgio Moro se tornou uma figura conhecida, e personagem central dos protestos no país, como se pode ver na imagem abaixo, após ser alçado a antagonista de Lula e do PT, com base no discurso anticorrupção.

⁸ <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/conducao-coercitiva/527515441>.

Imagem 6: Somos todos Sérgio Moro



Os cartazes e camisetas nas fotografias de G1 acompanham esse movimento de ascensão de Moro, como mostro nas imagens abaixo, retiradas do especial de fotografias do G1. A imagem à esquerda mostra faixas de apoio a Moro enquanto a imagem à direita mostra atores da Rede Globo com camisetas amarelas estampadas com o rosto de Moro e os dizeres “Morobloco” (um trocadilho com o bloco carnavalesco Monobloco). Havia também máscaras com o rosto de Moro e cartazes e faixas de apoio à Polícia Federal (como a faixa que os atores da Globo seguram na imagem 8 abaixo).

Imagem 7: cartazes de apoio a Moro



Imagem 8: atores da Globo do “Morobloco”



O antagonismo entre Lula e Moro talvez explique a recorrência diferenciada do signo “corrupção”. Em 2015, ela foi entextualizada 18 vezes; em 2016, 8 vezes. Isso significa que, depois que Sérgio Moro ordenou a condução coercitiva de Lula, a palavra corrupção passou a aparecer menos vezes. Isso pode indicar que, em lugar de se referir genericamente à ideia de corrupção, os manifestantes e G1 centraram sua produção discursiva sobre Moro e Lula.

Por outro lado, como se sabe, nessas manifestações, a corrupção é identificada diretamente com o PT. Nas imagens abaixo, que se tornaram famosas à época dos fatos, Lula veste roupa de presidiário com os números “de identificação” 13.171, sendo

13 uma referência ao número do PT, e 171, uma referência ao artigo do Código Penal que tipifica estelionato. Já a Presidenta Dilma usa uma máscara preta semelhante àquela usada pelos irmãos Metralha, antigo desenho da Disney sobre dois irmãos ladrões. À direita do terno de Dilma, há uma estrela vermelha (também símbolo do PT) com os números “171”. A faixa presidencial traz a palavra “impeachment” e na bolsa de Dilma (que poderia ser uma bolsa de dinheiro) está escrito “Cuba”. Além disso, no ombro esquerdo de “Dilma”, há uma marca de mão com apenas quatro dedos, referência, é claro, a Lula.

Imagem 9: os bonecos de Lula e Dilma são cercados por manifestantes de verde e amarelo



Imagem 10: boneco menor de Dilma traz os detalhes que descrevo acima.



Apesar de o governo ser liderado por Dilma Rousseff, cujo impeachment era demandado por aqueles manifestantes, a produção semiótica da manifestação constantemente associava Dilma a Lula, e este último à corrupção, como já mencionado nos parágrafos anteriores. As investigações da Lava-Jato contra Lula eram ligadas a Dilma, e essa associação tornava o impeachment dela necessário.

A importância de se relacionar constantemente Dilma ao “corrupto” Lula é verificada pela presença dos dois bonecos lado a lado, e pela representação da mão de Lula no ombro de Dilma. Essa mão aliás é uma referência a uma foto feita por Lula, ainda presidente, com as mãos mergulhadas em petróleo do pré-sal. As associações produzidas são múltiplas: petróleo, Petrobras, Petrolão (ver imagem abaixo); Dilma e Lula. É com a mão de petróleo que Lula “suja” o terno de Dilma; e é a Petrobras (empresa de capital misto controlada pelo governo federal) que vinha sendo roubada, como mostrava a Operação Lava-Jato, cujo nome aponta para significados de limpeza. A Lava-Jato (e o “povo” que a apoia naquela manifestação) deve limpar o que Lula e Dilma sujaram.

A menção a Cuba na mala de Dilma precisa de atenção analítica. Vejamos as imagens 11 e 12 abaixo.

Imagem 11: Lula cobra e placa sobre o Foro de SP.



Imagem 12: Socialismo mata.



As imagens acima demonstram a associação enumerada. Na imagem 11, um homem segura um cartaz que diz “O foro de SP é a maior e mais rica organização comunista já criada”. Na imagem 12, uma das faixas diz “Socialismo mata”. Outras faixas, em meio às cores verde e amarela, e ao lado de um boneco do ex-Presidente Lula como presidiário, dizem: “Lula fez o mensalão e Dilma o petrolão” e “A Petrobras não é do PT, é do Brasil!”.

Corrupção já não é mais o único tema mobilizado pelos manifestantes pró-impeachment. Já há menções à Petrobras (estatal petroleira do Brasil), ao PT, Foro de São Paulo, socialismo, comunismo e Cuba, junto a referências aos escândalos de corrupção “mensalão” (atribuído a Lula) e “petrolão” (atribuído a Dilma). As ligações forjadas não são simples, e encontram eco no pensamento de Olavo de Carvalho, um dos grandes ideólogos do chamado neoconservadorismo brasileiro. Segundo ele, a ascensão de governos de Esquerda na América Latina foi resultado da articulação do Foro de São Paulo, uma organização que reúne representantes de partidos de Esquerda latino-americanos. O Foro de São Paulo é mencionado no livro “A Verdade Sufocada”, escrito por Carlos Alberto Brilhante Ustra, que foi chefe do DOI-CODI durante a ditadura e responsável pela tortura de diversos prisioneiros e prisioneiras. Segundo ele, o Foro de São Paulo é uma tentativa de retomar o processo revolucionário que os militares conseguiram deter entre 1964 e 1985.

Olavo de Carvalho dá um passo adiante e constrói o Foro como uma conspiração socialista para criar a União das Repúblicas Socialistas da América Latina (URSAL). Para Olavo, há uma orientação geral de Esquerda, subjacente na mídia, nas universidades, na produção cultural, que tem por objetivo construir uma visão de mundo totalitária de Esquerda. Ele define essa suposta predominância de visões esquerdistas como marxismo cultural, e a constrói como a ideologia por trás de órgãos internacionais, como a ONU e a OMS (Alonso, 2019: 65).

Segundo Olavo, os esquemas de desvio de dinheiro no Brasil tinham o objetivo de financiar as ditaduras comunistas, principalmente Cuba, o que estaria mascarado em pagamentos aos médicos cubanos, que vieram ao Brasil no âmbito do Programa Mais Médicos, descontinuado no governo de Jair Bolsonaro, que, diversas vezes, afirmou que esses médicos eram guerrilheiros comunistas.

Sendo assim, esses signos apontam para essa teoria conspiratória olavista como um discurso importante na construção discursiva do impeachment. Nesse sentido, o signo “Cuba” na bolsa de Dilma na imagem 10 indica que o dinheiro desviado do Brasil tinha países socialistas como destino, recontextualizando, assim, o discurso anticorrupção, já que os esquemas de desvio de dinheiro teriam um objetivo mais profundo: instalar o comunismo no mundo. Dessa forma, forja-se uma coerência para as práticas de corrupção, percebidas não como algo “endêmico” ao sistema político brasileiro, ou como consequência da ganância de alguns, por exemplo, mas sim como uma ferramenta de uma organização mundial muito mais sofisticada e perigosa. Como corolário, a corrupção passa a ser inextricavelmente associada à Esquerda política, como uma ferramenta fundamental da sua atuação para a instalação do socialismo/ comunismo.

Como se pode perceber, a cisão criada nos protestos foi: brasileiros pró-Lava Jato – cuja representação maior era Sérgio Moro – contra petistas corruptos

– representados pelo ex-Presidente Lula. Os sorrisos nos rostos dos atores “globais” que participam do “Morobloco” parecem comemorar o avanço da criminalização de Lula, liderado por Moro. O papel de Moro na criminalização de Lula ficou ainda mais claro quando da publicação dos diálogos da Lava-Jato pelo The Intercept Brasil, que mostrou que o então juiz ajudava a liderar a força-tarefa do Ministério Público, responsável pela investigação.

Essa visão de Moro como representante dos brasileiros, e de Lula como representante dos corruptos, é corroborada pelo aumento do número de comentários nas matérias de G1 (foram 1372 comentários em 2015 contra 2096 em 2016) e pelo fato de que Moro ter vencido o prêmio de personalidade do ano da Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos, em Nova York em 2018. Sua atuação na criminalização e posterior prisão de Lula, que inclusive o impediu de concorrer à presidência em 2018, tornou Sérgio Moro uma celebridade.

Para entender os efeitos dessa produção discursiva de oposição, faz-se necessário tomar as produções semióticas, tanto em sua camada pragmática, quanto metapragmática. A esse esforço está dedicada a próxima seção deste trabalho.

5. Forjando interpretações: metapragmáticas em disputa

Silva (2015: 161) afirma que:

“dizer que o discurso circula é dizer tanto que certos recursos de uma língua natural foram implantados para mover os signos de uma configuração interacional específica para outra, quanto dizer que alguma regimentação, enquadramento ou imaginação dessa trajetória estava simultaneamente em jogo”

Essa frase tem duas ramificações importantes. Em primeiro plano, a perspectiva de Silva (2015) de analisar “signos em uma configuração interacional específica” dá centralidade para a linguagem como prática, não como uma abstração, um sistema ou uma estrutura. Para Silva, Ferreira e Alencar (2014), pragmática, isto é, a linguagem em uso, deve ser uma “perspectiva de estudos” (Silva; Ferreira; Alencar, 2014: 19), orientadora da pesquisa, em vez de recurso explicativo último para supostas irregularidades de ordem sintática e semântica.

É nesse sentido que Silverstein e Urban (1996: 2) afirmam que “[o texto] é uma noção metadiscursiva que cria uma imagem de cultura compartilhada imanente aos próprios textos”. Entretanto, a própria noção de cultura compartilhada é um produto da circulação discursiva, já que “relações intertextuais desempenham um papel crucial na moldagem do discurso” (Bauman; Briggs, 1992: 147). Isso significa que o constante processo de entextualização cria a imagem de imanência a verdades culturais (sobre gênero ou nacionalismo, por exemplo) que são produtos intertextuais e, portanto, discursivos.

Dessas escolhas, decorre a segunda importante ramificação da afirmação de Silva (2015) acima, já que tais escolhas explicitam a “regimentação, enquadramento ou imaginação” da trajetória textual, tal como mencionada pelo autor. Isso significa que “o uso pragmático [de] formas gramaticais liga-se, sempre e inevitavelmente, a um uso metapragmático ou ideológico da língua” (Silva; Ferreira; Alencar, 2014: 35). As interações envolvem aquilo que Blommaert e Rampton (2011) chamam de reflexividade metapragmática, ou seja, a reflexão que orienta os participantes durante as interações quanto à natureza do contexto interacional, bem como dos atos de fala proferidos. Assim, o funcionamento da linguagem envolve “tanto o que as pessoas fazem com as palavras (i.e., a pragmática) quanto o que falam sobre o que fazem com as palavras (i.e., a metapragmática)” (Silva; Ferreira; Alencar, 2014: 31), ainda que a metapragmática possa estar implícita.

Assim, atos semióticos, como um voto a favor do impeachment de Dilma, por exemplo, são pragmáticos porque são ações, como discutido anteriormente. Essas ações também envolvem uma reflexão sobre o seu próprio significado, o que significa que o enquadramento desses votos como um “golpe de Estado”, por exemplo, é uma orientação metapragmática. Logo, a compreensão de que os indivíduos se orientam ativamente quanto à metapragmática das interações cotidianas perturba a concepção de fala natural, em favor de uma visão de interação em que indivíduos, grupos e instituições estão engajados ativamente no processo reflexivo de construção do significado. Daí a afirmação de Silverstein e Urban (1996: 9) de que “a atividade institucionalizada de projetar textos é um processo implementado devido a propósitos estratégicos”, ou seja, devido a uma orientação metapragmática que regimenta ou enquadra a circulação e recepção de significados.

Essa orientação metapragmática foi explicitada por manifestantes, como mostro na imagem abaixo, também retirada da cobertura de G1 das manifestações de março de 2016. O cartaz produz uma cisão na sociedade brasileira que não está relacionada a posições políticas (esquerda e direita), nem a classe social (ricos e pobres).

Imagem 13: a nação contra a corrupção.



Esse cartaz explicita e resume a chave metapragmática na qual se baseia o movimento contra o impeachment, que projeta apenas um critério moral e deixa apenas uma opção como a correta: ser parte da nação. O texto acima encapsula a sintaxe de hegemonia (Billig, 1995), processo pelo qual o discurso nacionalista “apresenta interesses específicos como se fossem universais” (Billig, 1995: 166). No caso acima, a luta contra a corrupção – que nunca é bem explicada, como bem argumenta Souza (2016) – forja a reunião de diferentes grupos dentro da “comunidade imaginada” (Anderson, 1983) da nação brasileira.

O discurso nacionalista é entextualizado pelo signo “nação”. O cartaz explicitamente deslegitima outras diferenças e desigualdades sociais que compõem o cenário político nacional, de modo a lutar contra o inimigo comum de todos: a corrupção. No entanto, a ideia de corrupção, como já argumentei acima, é articulada nessas manifestações como uma ferramenta da Esquerda política, que desvia dinheiro para países “comunistas”, para “implantar o comunismo”. A crise econômica e política e as denúncias de corrupção se articulam com teorias conspiratórias sobre o Foro de SP, a ascensão de governos de esquerda na América Latina e as aproximações sul-sul que foram parte da estratégia diplomática dos governos petistas.

A articulação entre esses elementos constrói o que Briggs (2007) denomina uma cartografia comunicável. Para o autor, textos circulam porque “as pessoas imaginam [sua] produção, circulação e recepção” (Briggs, 2007: 556). Segundo Briggs (2007: 556),

cartografias comunicáveis [...] projetam o discurso como emergindo de certos lugares (clínicas, laboratórios, unidades acadêmicas etc.), viajando através de espaços particulares (tais como conferências, salas de aula, jornais e a internet) e atividades (entrevistas, análise e publicação de dados etc.) e sendo recebidos em outros (cafeterias, lares, carros e escritórios)

Nesse sentido, o discurso em movimento projeta para si “cartografias comunicáveis [que] criam posições que conferem diferentes graus de acesso, agência e poder, recrutam pessoas para ocupá-las e as convidam para construir práticas de construção de identidade em seus termos” (Briggs, 2007: 556). Isso significa que qualquer entextualização forja posições sociais e interacionais, tanto para seus produtores quanto para seus receptores, o que significa que “mapas comunicáveis têm efeitos ao passo que as pessoas respondem à forma como o texto busca interpelá-las – incluindo por recusarem-se a se localizar nas posições oferecidas, por revisá-las criticamente ou por rejeitá-las completamente” (Briggs, 2007: 556).

Cartografias comunicáveis projetam leituras pragmáticas e metapragmáticas preferidas para os significados que colocam em circulação. No caso da divisão binária entre “nação” e “corruptos”, essa oposição cria posições tanto para seus receptores – que devem ser ou nacionalistas ou corruptos –, quanto para seus produtores, que

se posicionam de antemão como nacionalistas. Tendo em vista que a corrupção é anexada à imagem do PT, há uma associação entre corrupção, esquerda, socialismo e comunismo. Logo, a projeção binária entre nação e corruptos cria posições sociais limitadas à plateia que a recebe: o indivíduo ou apoia o PT – o que significa ser corrupto, socialista etc. – ou é nacionalista – logo de Direita, contra a corrupção.

Assim, o material semiótico produzido nas manifestações de 2015 e 2016 constrói um modelo metapragmático para explicar a crise que o Brasil atravessava em 2015 e 2016 (e, pode-se dizer, ainda atravessa). Aquele cenário envolvia uma série de elementos, que comento mais extensamente em 2020. Por exemplo, desde 2003, os governos de Lula e Dilma foram responsáveis por diversas medidas socioeconômicas de impacto sobre a realidade brasileira. Laura Carvalho (2018: 19-21) aponta que o Programa Bolsa-Família e o aumento do salário mínimo foram fundamentais para a melhora nas condições de vida dos mais pobres. O Bolsa-Família é também apontado como o principal responsável pela saída do Brasil do Mapa da Fome da ONU, conforme consta de relatório de 2014. Dado que o uso pragmático da linguagem está sempre ligado a uma camada metapragmática de reflexão sobre o que está acontecendo, pode-se apontar, por exemplo, que o ex-Presidente Jair Bolsonaro, quando ainda era deputado, no dia 09/02/2011, afirmou que “o Bolsa-Família nada mais é do que um projeto para tirar dinheiro de quem produz e dá-lo a quem se acomoda, para que use seu título de eleitor e mantenha quem está no poder”. Os beneficiários do Bolsa-Família são construídos como “acomodados”, em oposição àqueles que “produzem”, cujo dinheiro é subtraído. Esses “acomodados” votam em quem está “no poder”, isto é, no PT, responsável pela criação do programa.

Assim, a projeção binária que opõe a nação aos corruptos cria uma cartografia comunicável que permite anexar ao polo negativo dos corruptos qualquer medida promovida ou tentada pelo PT no poder. Tendo em vista que “há sempre vários arcahouços pragmáticos e metapragmáticos em jogo” (Bauman; Briggs, 1992: 149), ações semióticas e, portanto, pragmáticas - como o programa Bolsa-Família, por exemplo – são acompanhadas de orientações metapragmáticas que disputam seu significado – como combate à desigualdade; ou como incentivo para não trabalhar; ou como um esquema de clientelismo e compra de votos; ou ainda como alguma mistura entre essas interpretações.

Briggs (2016: 201) aponta que modelos metapragmáticos poderosos são, por definição, supersimplificados. Essa chave metapragmática “Nação X Corruptos” cria um modelo simplificado para a compreensão da crise brasileira, que seria motivada por um partido político (o PT) e uma ideologia política (Esquerda), cuja remoção seria a resolução dos problemas da Nação, daí a necessidade do impeachment. Os diversos interesses e condições socioeconômicas, inevitavelmente complexos e até contraditórios, não comparecem, já que a chave interpretativa é binária e mutuamente excludente.

6. As condições metapragmáticas de emergência do impeachment

Esse emaranhado discursivo nos permite tecer alguns comentários sobre o processo de impeachment de Dilma Rousseff. Em primeiro lugar, não é possível afirmar que esse processo foi absolutamente técnico. Essa imaginação de uma circulação linear é produto de um enquadre regulatório, ancorado nos textos jurídicos constantemente mencionados durante essa trajetória (CF-88, LRF, LOA, Lei do Impeachment etc.), que tenta fazer do impeachment um processo estritamente institucional. A circulação desse pedido é um processo muito mais complexo, envolvendo diversos atores sociais e seus interesses, em diferentes contextos institucionais.

Por exemplo, a cobertura jornalística produziu uma enorme gama de material semiótico sobre o processo, além de diversas notícias sobre a Operação Lava-Jato, usadas para atacar o PT e, assim, o governo. Houve também intensa circulação de discursos nas redes sociais, bem como manifestações de rua, que mobilizaram enormes quantidades de pessoas às ruas, assim retroalimentando a cobertura da mídia e a circulação de discursos nas redes sociais. O consórcio Lava-Jato e grande mídia tem papel preponderante na comunicação do impeachment de Dilma Rousseff, assim como as manifestações de rua, algumas das quais foram aqui analisadas.

Essa afirmação fica ainda mais clara levando em consideração a sessão da Câmara dos Deputados de 17/04/2016. Dado que o discurso não se manifesta do nada, ele é sempre uma resposta intertextual a outros textos em circulação. Os discursos de deputados e deputadas naquela sessão respondem aos discursos que mapeio aqui brevemente e que foram precipitados nas manifestações de rua que antecederam aquela votação (a tal ponto que sequer houve mais manifestações após a sessão da Câmara). E essas performances dos parlamentares (ainda que nem todos) seguem, em larga medida, a chave metapragmática “Nação X Corruptos”, forjada nessas manifestações.

Como aponta Fabrício (2012: 5), “a sucessiva entextualização-descontextualização-recontextualização produz, em cada fase, um discurso reconfigurado e um novo texto contendo traços de contextos”. Nesse sentido, o esforço empreendido em uma pesquisa que leva em consideração o aspecto antropológico da circulação do discurso é identificar “não [...] tanto o [significado] denotacional, mas indicações de textos interacionais originários de inscrição” (Silverstein; Urban, 1996: 5), isto é, os discursos em circulação que tornam possíveis novas entextualizações.

Como afirmam Silverstein e Urban (1996: 11), “a política é a luta para entextualizar com autoridade, fixando perspectivas metadiscursivas”. O processo de deposição de Dilma Rousseff visou fixar determinadas perspectivas metadiscursivas, que já estavam disponíveis. Por esse motivo, a tríade Operação Lava-Jato, grande mídia e manifestações de rua forneceram as condições metapragmáticas de emergência do impeachment de Dilma Rousseff.



Referências

ALONSO, A. 2019, A comunidade moral bolsonarista. In: ABRANCHES, S. et al. *Democracia em risco?: 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. São Paulo: Companhia das Letras. 52-70.

ANDERSON, B. 2006 [1983]. *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. Verso.

BAKHTIN, M. 1981. Forms of the chronotope in the novel. In: _____. *The Dialogic Imagination*. Texas: University of Texas Press.

BAUMAN, R; BRIGGS, C. 1990/2006. Poética e performance como perspectivas críticas sobre a linguagem e a vida social. *Ilha - Revista de Antropologia*, v. 8, 1-2.

_____. 1992. Genre, intertextuality and power. In: *Journal of linguistic anthropology*, v. 2, n. 2, 131-172.

BILLIG, Michael. *Banal Nationalism*. Thousand Oaks: Sage, 1995.

BLOMMAERT, J. 2001. Context is/as critique. *Critique of anthropology* 21 (13).

_____. 2005. *Discourse: a critical introduction*. Cambridge: Cambridge University Press.

BLOMMAERT, J.; RAMPTON, B. 2011. Language and superdiversity: a position paper. In: *Working papers in urban language and literacies*.

BRIGGS, C. 2007. Anthropology, interviewing, and communicability in contemporary social life. In: *Current Anthropology* 48.

_____. 2016. Language and the communicability of received wisdoms: Charles Briggs interviewed by Daniel do Nascimento e Silva. In: *Revista da Anpoll*, n. 40, 192-203.

CARVALHO, L. 2018. *Valsa Brasileira: do boom ao caos econômico*. São Paulo: Todavia.

COUPLAND, N. 2007. *Style: Linguistic variation and identity*. Cambridge: Cambridge University Press.

FABRICIO, B. A. 2013. “outridade lusófona” em tempos de globalização: identidade cultural como potencial semiótico. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo (org.). *O português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico*. São Paulo: Parábola Editorial.

_____. 2014. Transcontextos educacionais: gêneros, sexualidades e trajetórias de socialização na escola. In: SILVA, D. N. et. al. (orgs.), *Nova Pragmática: modos de fazer*. São Paulo: Cortez. 145-189.

_____. 2012. Trajectories of socialization in school transcontexts: discourse journeys on gender and sexuality. *Working Papers on Urban Languages and Literacies*. King's College. Disponível em: <http://www.kcl.ac.uk/sspp/departments/education/research/ldc/publications/workingpapers/Full-WP94-Fabricio-2012-Trajectories-of-socialization.pdf>.

FRANCO, B. M. 2018. *Mil dias de tormenta: a crise que derrubou Dilma e deixou Temer por um fio*. Rio de Janeiro: Objetiva,

GALVÃO, A.; Z Aidan, J.; SALGUEIRO, W. 2019. (eds.) *Foi golpe! O Brasil de 2016 em análise*. Campinas: Pontes Editores.

SANQUE, Douglas Roberto Knupp. 2020. *“PELA FAMÍLIA”*: Múltiplas indexicalidades do signo “FAMÍLIA” na comunicação do impeachment de Dilma Rousseff. 2020. Tese de Doutorado apresentada ao Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras da UFRJ.

SEMER, M. 2016. Ruptura institucional e desconstrução do modelo democrático: o papel do Judiciário. In: JINKINGS, I.; DORIA, K.; CLETO, M. (org.) *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial.

SILVA, D. 2015. The pragmatics of discourse circulation. In: *Pragmatics and society*, v. 6, n. 2, 161-174.

SILVA, D.; FERREIRA, D.; ALENCAR, C. 2014. Uma nova pragmática para antigos problemas. In: _____. (orgs.). *Nova Pragmática: modos de fazer*. São Paulo: Cortez Editora.

SILVERSTEIN, M.; URBAN, G. 1996. The natural history of discourse. In: SILVERSTEIN, M.; URBAN, G (eds.) *Natural Histories of Discourse*. Chicago: The University of Chicago Press.

SOUZA, J. 2016. *A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado*. Rio de Janeiro: Leya.

TATAGIBA, L.; TRINDADE, T.; TEIXEIRA, A. C. 2015. Protestos à direita no Brasil (2007-2015). In: CRUZ, S.; KAYSEL, A.; CODAS, G. (Eds.) *Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

TUSTING, K. 2010. Eruptions of Interruptions: Managing Tensions between Writing and Other Tasks in a Textualized Childcare Workplace. In: BARTON, D.; PAPEN, U. (eds) *The Anthropology of Writing: Understanding Textually Mediated Worlds*. London: Continuum. 67-89.

WOYDACK, J.; RAMPTON, B. 2015. Text trajectories in a multilingual call center: The linguistic ethnography of a calling script. *Working Papers in Urban Language & Literacies* 147. Disponível em: https://www.academia.edu/10172667/WP147_Woydack_and_Rampton_2015._Text_trajectories_in_a_multilingual_call_centre_The_linguistic_ethnography_of_a_calling_script.

Z Aidan, J. C. 2019. Tradução, mídia e democracia: o golpe de 2016 como guerra discursiva. In: GALVÃO, A.; Z Aidan, J.; SALGUEIRO, W. (Eds.) *Foi golpe! O Brasil de 2016 em análise*. Campinas: Pontes Editores. 183-212.